

# Valorização das frutas nativas e pensamento pós-colonial: busca de alternativas ao desenvolvimento

*Valuation of native fruits and postcolonial thought: search for alternatives to development*

Rodrigo Ozelame da Silva<sup>a</sup>

Julian Perez-Cassarino<sup>b</sup>

José Edmilson de Souza-Lima<sup>c</sup>

Walter Steenbock<sup>d</sup>

<sup>a</sup>Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento, PPGMADE-UFPR, Laranjeiras do Sul, PR, Brasil.  
E-mail: rodrigoozelame@gmail.com

<sup>b</sup>Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, PPGMADE-UFPR, Laranjeiras do Sul, PR, Brasil.  
E-mail: julian.cassarino@uffs.edu.br

<sup>c</sup>Professor do Mestrado em Direito, Unicuritiba, Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: jose.edmilson@pq.cnpq.br;

<sup>d</sup>Analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Doutor em Recursos Genéticos Vegetais, PRGV-UFSC, Itajaí, SC, Brasil.  
E-mail: walter.steenbock@icmbio.gov.br.

doi:10.18472/SustDeb.v10n2.2019.22029

Received: 16/01/2019

Accepted: 19/08/2019

ARTICLE – VARIA

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo identificar a influência de dois paradigmas na valorização das frutas nativas, o pensamento colonial e o pensamento pós-colonial. O público foi composto por seis grupos de agricultores do Núcleo Luta Camponesa da Rede Ecovida de Agroecologia, enquanto os procedimentos metodológicos levaram em conta os princípios da pesquisa-ação. Como resultado, destaca-se a influência do pensamento colonial na desvalorização e até na eliminação das frutas nativas, resultado dos denominados epistemicídios, por meio, entre outros, do avanço da revolução verde e dos impérios alimentares. Por outro lado, o avanço de um pensamento pós-colonial coopera para a valorização das frutas nativas, sobretudo via ecologia de saberes, da agroecologia e dos circuitos de proximidade.

*Palavras-chave:* Agroecologia; Sociobiodiversidade; Ecologia de Saberes; Pesquisa-Ação.

## ABSTRACT

*This research aims to identify the influence of two paradigms, namely colonial thinking and postcolonial thinking, on the valuation of native fruits. The sample was composed of six groups of farmers from the agroecology center Luta Camponesa Nucleus, which is linked to the agroecology network Rede Ecovida de Agroecologia, and the methodological procedures were based on the principles of action research. It concludes that the colonial thinking contributes to the elimination of native fruits, as a result of*

*epistemicide, the advancement of the green revolution, and the food empires. On the other hand, the postcolonial thinking valorizes native fruits, especially through the ecology of knowledges, agroecology, and short circuits.*

**Keywords:** Sociobiodiversity; Agroecology; Ecology of Knowledges; Action Research.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o país com a mais vasta megadiversidade do mundo. Entende-se por países megadiversos, dezessete nações que representam 80% da biodiversidade do planeta. Essa riqueza é resultado de um processo milenar, que envolve fatores como incidência de luz solar, nível pluviométrico, formação dos solos, ciclagem de nutrientes, e a relação flora-fauna. Mas também pelo manejo de mulheres e homens, que no decorrer da história da espécie humana, sobretudo pela domesticação de plantas, animais e paisagens, contribuíram para a promoção da diversidade biológica e cultural (CLEMENT, 2001).

Porém, esse processo está sendo comprometido, sobretudo pelo avanço de um modelo de desenvolvimento tributário de um pensamento colonial, que visa implantar ao mundo um único modo de produzir, comercializar, validar o conhecimento e se relacionar com a natureza. No âmbito das espécies arbóreas frutíferas nativas do bioma mata atlântica e seus usos tradicionais e potenciais, que nesta pesquisa optou-se por chamar de frutas nativas, estes impactos são severos. Isso por que elas, como seu processo de domesticação, são invisíveis aos olhos dos que fomentam tal modelo de desenvolvimento. No entanto, este sistema mundo não é a única maneira de existir. Outros mundos não só são possíveis e necessários, quanto existem. Eles são por essência diversos, mas se unem sob outra forma de globalização, a globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2010).

Nessa conjuntura emerge esta pesquisa, sua justificativa é centrada na busca de alternativas para a valorização das frutas nativas, enquanto seu objetivo é analisar as contribuições e limites dos paradigmas colonial e pós-colonial na valorização destas espécies. O público foi composto por seis grupos de agricultores do Núcleo Luta Camponesa da Rede Ecológica de Agroecologia, nos procedimentos metodológicos usou-se princípios da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011).

Destaca-se que este trabalho está relacionado a diversas ações de valorização das frutas nativas, realizadas desde 2014 pelo Laboratório Jorge Vivan de Sistemas Agroflorestais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), o Núcleo Luta Camponesa e o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO).

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

O método utilizado nesta pesquisa foi elaborado com base nos princípios da pesquisa-ação. A pesquisa-ação pode ser definida como um método de pesquisa qualitativo. Thiollent (2011) argumenta que

a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada com estreita associação com uma ação ou como a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 20).

Numa pesquisa-ação, ao invés da separação entre sujeito e objeto, há uma interação entre dois tipos de personagens: os autores da pesquisa (AUT) com os atores sociais (AU). Os AUT são os responsáveis pela pesquisa enquanto os AU estão vinculados à ação, contudo pode emergir um ambiente de cooperação em que ora o autor se torne co-ator da ação, ora o ator se torne co-autor da pesquisa. (THIOLLENT, 2011). Para dar materialidade a ligação entre autores e atores com as frutas nativas, utilizou-se como ferramenta de pesquisa a observação direta. De forma resumida, pode-se conceituar a observação direta como o acompanhamento de um grupo de pessoas durante certas atividades. Esse acompanhamento pode ter um grau maior ou menor de participação, de acordo com os objetivos das pesquisas e da realidade do grupo social (DEMO, 2004).

A observação direta foi realizada em seis grupos de agricultores do Núcleo Luta Camponesa, descritos no próximo item. Tal ferramenta foi utilizada durante dezoito reuniões dos grupos (três em cada) com o tema domesticação de plantas, descritas em Silva (2018). Além disso, ocorreram quatorze visitas a feiras agroecológicas que acontecem nos municípios paranaense de Laranjeiras do Sul, Palmital e Nova Laranjeiras, acompanhamento de duas barracas de comercialização de sucos organizadas em eventos da cidade de Laranjeiras do Sul e duas oficinas de processamento de frutas nativas que ocorreram na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS-, campus Laranjeiras do Sul, PR.

## 2.1 OS ATORES SOCIAIS E SEU CONTEXTO

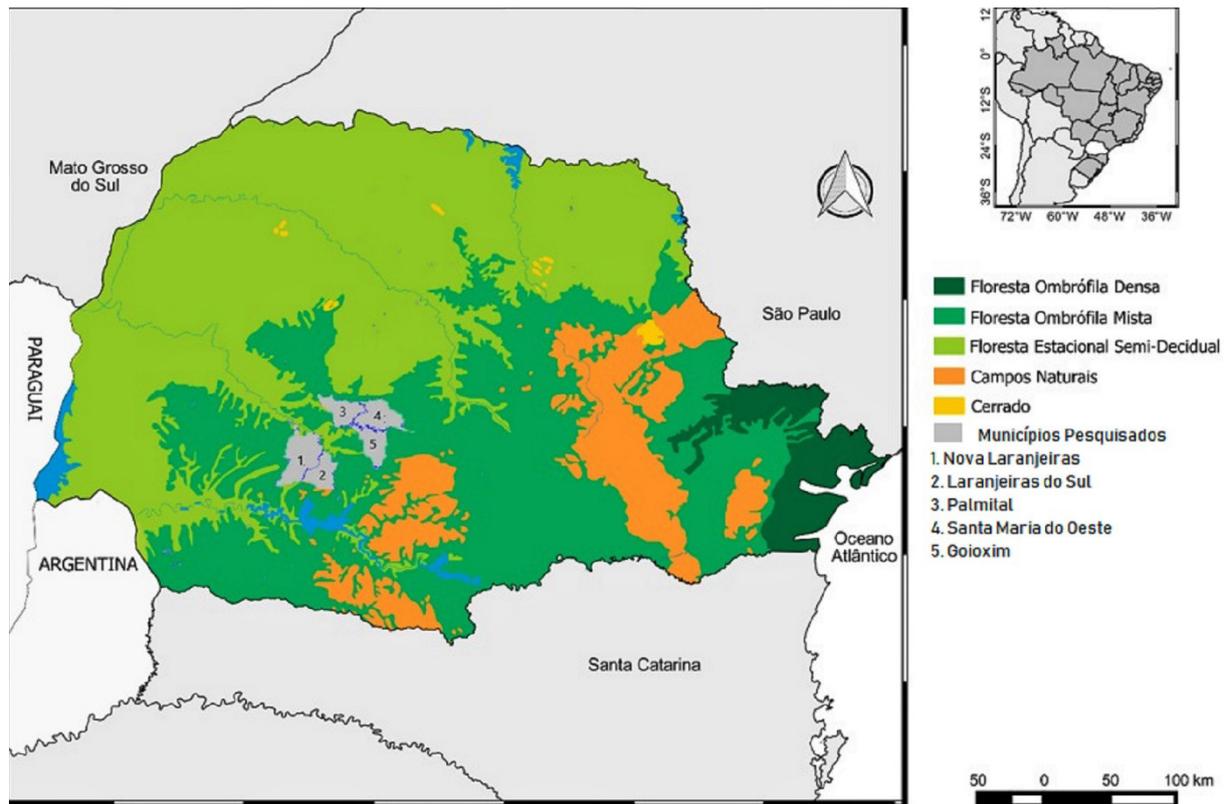
Os atores sociais desta pesquisa são agricultores de grupos agroecológicos do Núcleo Luta Camponesa. O Núcleo é vinculado à Rede Ecovida de Agroecologia, organização formada por 4.500 famílias, cerca de 200 feiras ecológicas e 27 Núcleos, inseridos em 352 municípios dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Rede funciona de forma horizontal e participativa, seu foco é a promoção da agroecologia (REDE ECOVIDA, 2019).

O Núcleo Luta Camponesa está inserido na mesorregião centro sul do Estado do Paraná. Este espaço teve seu processo de colonização tardia, se comparada ao litoral. A partir do século a colonização se intensifica, principalmente pela instalação de empresas do ramo madeireiro e migrantes europeus. Na década de 1970 a araucária (*Araucaria angustifolia*), matéria prima principal das madeiras, se torna mais escassa e inicia-se o plantio de pinus (*Pinus elliotti*) e eucalipto (*Eucalyptus spp*), e a criação extensiva de gado de corte. Esse processo contribui para a intensificação dos conflitos agrários e o surgimento de acampamentos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. (SANTOS, 2016).

A última década do século XX é marcada pela criação de assentamentos da reforma agrária, que são paulatinamente inseridos no modelo de agricultura da revolução verde, consolidando esse modelo agrícola como o mais presente na região. Na década de 2000, se por um lado a revolução verde se consolida, por outro, os movimentos sociais presentes na região, principalmente o MST e o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) internalizam em seus discursos a busca por meios de produção sustentáveis, como a agroecologia. Esse fato é crucial para a emergência do Núcleo Luta Camponesa (SANTOS, 2016).

O Núcleo é fundado em 2012 e tem como público 220 famílias assentadas, acampadas e agricultores familiares. Desse total, 53 famílias e 6 agroindústrias são certificadas como agroecológicas, totalizando uma área de 550 hectares certificados que estão em dois Territórios da Cidadania do Estado do Paraná: Cantuquiriguaçu e Paraná Centro (SANTOS, 2016). O bioma do Núcleo é a mata atlântica, um bioma florestal de fitofisionomia heterógena, no Paraná, composta por um conjunto de três formações florestais (Floresta Ombrófila Densa – FOD, Floresta Ombrófila Mista – FOM e Floresta Estacional Semidecidual - FES) e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude. Na área de abrangência do Núcleo Luta Camponesa a presença majoritária é da floresta ombrófila mista, ou floresta com araucárias, em ecótono com a FES (CANOSA, 2016).

Dentro deste contexto maior, foram selecionados seis grupos do Núcleo pelos seguintes aspectos: i) histórico do grupo em relação as frutas nativas e ii) desejo do grupo em pesquisar tal tema. Na figura 1 observa-se os municípios e a classificação vegetal que os grupos estão inseridos e no quadro 1 estão sistematizadas as informações dos grupos selecionados.



**Figura 1** | Mapa dos municípios e da classificação florestal dos grupos desta pesquisa.

Fonte: IPARDES 2014, adaptado pelos autores.

**Quadro 1** | Grupos da pesquisa, municípios, territórios e movimentos que pertencem.

N	Nome do Grupo	Município	Território da Cidadania	Movimento Social do Campo
1	8 de Junho	Laranjeiras do sul	Cantuquiriguaçu	MST
2	Jaboticabal	Goioxim	Cantuquiriguaçu	MST
3	Palmeirinha	Palmital	Paraná Centro	MPA
4	Recanto da Natureza	Laranjeiras do Sul	Cantuquiriguaçu	MST
5	Terra de Todos	Palmital e Santa Maria do Oeste	Paraná Centro	MPA
6	Terra Livre	Nova Laranjeiras	Cantuquiriguaçu	MST

Fonte: Os Autores, a partir da pesquisa de campo.

Os grupos são compostos por 117 agricultores de 33 famílias, localizados em cinco municípios, todos com relações com o MST ou o MPA.

### 3 INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO COLONIAL NA INVISIBILIDADE DAS FRUTAS NATIVAS

Autores como Santos (2002; 2009), Santos e Meneses (2010), Quijano (2010) e Dussel (1993), afirmam que vivemos num período marcado pelo pensamento colonial. Este pensamento se inicia com a invasão da América, e é forjado por duas linhas abissais (SANTOS, 2010). A primeira, visível, que separa o novo do velho mundo (a colônia da metrópole), e a segunda, invisível, que separa a realidade social em dois universos distintos: o universo desse lado da linha, composto pelos homens civilizados, como um europeu no século XVI, e o universo do outro lado da linha onde

não há conhecimento real, existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimento intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica (SANTOS, 2010, p. 34).

Estas linhas abissais se estendem para além do é legal ou ilegal, do verdadeiro ou falso. Elas separam o invisível do visível, o estado de natureza do homem civilizado, o subdesenvolvido do desenvolvido. Quem está do outro lado da linha, seus saberes e fazeres, não estão certos ou errados, pois eles não existem. Portanto, a modernidade é constituída a partir da invenção da sub-humanidade (SANTOS, 2010).

No decorrer dos séculos, após a invasão, vários elementos do pensamento colonial se modificaram. A linha que separava colônias e metrópoles deixa de existir, mas a linha invisível que separa a humanidade da sub-humanidade continua sendo tão radical e excludente (SANTOS & MENESES, 2010). Quijano (2010) afirma que o fim da relação de dominação entre colônia e metrópole não promoveu a liberdade dos que estavam no outro lado da linha, pelo contrário, a estrutura de poder se manteve. Esta estrutura é conceituada como a colonialidade do poder, conforme define abaixo:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões materiais e subjetivos, da existência quotidiana e da escala societal (QUIJANO, 2010, p.84).

Outra mudança é a localização dos dominantes e dominados. Santos (2010) defende que na atualidade as linhas abissais separam o sul global do norte global. Os termos norte e sul não são representações geográficas, mas representações culturais em que o “sul global é concebido como a metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo” (SANTOS 2010. p. 53). O norte global é a institucionalização da verdade, do legal, dos homens civilizados, portanto dos que estão deste lado da linha (SANTOS, 2010).

A partir do norte global, o pensamento colonial, que sempre buscou ocupar todos os espaços, consegue chegar próximo de seu objetivo no final do século XX. Isso acontece graças aos avanços de suas bases tecnológicas (transporte, comunicação, publicidade, produção). Emerge assim a globalização hegemônica, um sistema ideológico, material e técnico que visa impor ao mundo um único modo de existir, baseado nos cânones da ciência moderna e do sistema capitalista (SANTOS, 2010; QUIJANO, 2010).

O avanço desta globalização tem como eixo central a disseminação de monoculturas, que recebem o prefixo mono em virtude da dificuldade em dialogar com outras formas de existência e de sua capacidade em gerar ausências. Santos (2002) indica a existência de cinco: i) monocultura dos critérios de produtividade capitalista; ii) monocultura do tempo linear; iii) monocultura da naturalização das diferenças e; v) a monocultura do saber e do saber do rigor. A monocultura do saber é o modo de produção de ausências mais intenso, por isso será aprofundada nesta pesquisa. Ela consiste na transformação da epistemologia da ciência moderna como detentora exclusiva da verdade. Isso acarretou no assassinato de diversas formas de validar o conhecimento, intitulados de epistemicídios (SANTOS, 2010).

As monoculturas contribuem para que a ideia dos dominantes seja hegemônica na globalização que o pensamento colonial articula. Como resultado, tudo que é assimétrico a isso é por essência subalterno. Esse paradigma altera diversos aspectos da realidade, como a relação com as frutas nativas, descrito a seguir.

### 3.1 O RURAL “DESSE LADO DA LINHA”: EPISTEMICÍDIOS, REVOLUÇÃO VERDE E IMPÉRIOS ALIMENTARES

O pensamento colonial abarca diversos aspectos do rural. Entretanto, três irão compor o fio condutor da influência deste pensamento nas frutas nativas: i) os epistemicídios (SANTOS, 2010); ii) a revolução verde (GLIESSMAN, 2001) e os impérios alimentares (PLOEG, 2008).

Os epistemicídios ocorridos do outro lado da linha, como já mencionado, assassinaram diversas maneiras do ser humano validar e construir o conhecimento (SANTOS 2010; MENESES e NUNES, 2005). Como consequência, uma vasta gama de saberes e fazeres que o ser humano desenvolveu com a natureza foram eliminados. Essa eliminação contribui para que os saberes adquiridos pelo *Homo sapiens* no decorrer de 200 mil anos de história caminhe para extinção (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2015)

Nesse quadro podemos colocar em perspectiva algumas situações envolvendo as frutas nativas. Segundo relatos dos agricultores da região, algumas frutas nativas, principalmente a guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*) são classificadas como comida de porco. Se por um lado esta classificação pode ser explicada pela interação entre animais e plantas, sendo assim algo positivo, por outro ela é pejorativa. Em momentos de convívio com o público dessa pesquisa, foi possível registrar falas do tipo: “se criou comendo guabiroba e agora quer escolher o que vai comer”, remetendo à ideia de que comer frutas nativas é sinônimo de atraso. O trecho a seguir exemplifica essa situação.

Sabe que esta história de fruta nativa é uma coisa que eu tô gostando de pensar mais. Aqui a gente até tem bastante, mas queria que você visse na casa da minha vó, ela é meio bugre e tem um plantio na casa dela de Uvaia de vários tipos, eu vou trazer umas para plantar esse ano. Mas sabe que as vezes, até entre os conhecidos, quando a gente diz que vai colher, processar ou que está comercializando fruta nativa, escuta risada, bochichos e conversas com jeito de deboche. Para muita gente, fazer agricultura é expulsar todo mundo da terra, tirar toda a floresta, plantar uma coisa só, encher de veneno e vender para o atravessador. Mas o nosso projeto de sociedade, de vida, é o camponês. E nesse projeto as frutas nativas tem tudo a ver (Agricultora 8).

De fato, percebe-se um misto de invisibilidade e desqualificação das frutas nativas. Manejos e histórias que com as frutas nativas, como o caso da avó que plantava uvaia (*Eugenia pyriformis*), raramente são reconhecidos. Mesmo quando reconhecidos, são considerados atrasados, sendo necessária sua eliminação em prol de um modelo agrícola que retira mulheres, homens e a floresta. O agricultor 3 aponta uma passagem de sua vida que simboliza essa invisibilidade.

Desde quando a gente era acampado, há 30 anos, eu ocupei função de algum tipo de coordenação. E eu sempre fui contra tirar árvore, principalmente nas cabeceiras de rios e frutas. Por que além de proteger as águas, elas dão comida pra gente, pra criação e para os animais. Arrumava até briga, mas não deixava tirar. Essa conversa de proteger árvore e cabeceira de rio foi se espalhando. Vou te contar um caso, um dia a gente foi na agência do banco. Lá o padre da paróquia do assentamento me chamou pra conversa e me disse: “vocês precisam vir pra cidade. Eu converso com o Prefeito para arrumar umas cestas básicas para vocês. Por que essa coisa que vocês fazem lá de deixar mato pra todo lado não é agricultura. Olha, eu conheço a Europa, agricultura de verdade, tem que ser organizada, com máquina e bastante produção”. Eu disse tá bom padre, virei e fui embora... (Agricultor 3)

Ainda que a opinião do padre não seja da igreja católica, ela reflete a ideia dominante que árvore atrapalha. Esta eliminação não se restringe às frutas nativas, se reflete em toda a floresta. Por exemplo, no Estado desta pesquisa, o Paraná, a área florestal no ano de 1890 ocupava 83,41% da área total do Estado. Em 1990, esse número foi reduzido para 5,2%, ou seja, uma perda de 78.21% da cobertura vegetal em aproximadamente 100 anos (GUBERT, 2010). Em conjunto com a paisagem florestal, a fauna e a relação de coexistência entre mulheres e homens com a natureza são severamente prejudicadas.

No lugar da floresta, como pondera Celso Furtado (2007), é implantado um modelo de agricultura intensiva, expansionista, cíclica e baseada na produção de commodities para o mercado externo. No decorrer do tempo, madeira, cana-de-açúcar, café e soja são exemplos de commodities exploradas. Porém, com o surgimento da revolução verde, as alterações se acentuam. A revolução verde é um modelo agrícola que tem como horizonte a grande propriedade. Tem como premissa que é o ambiente que deve se adaptar a planta, para isso são utilizados adubos nitrogenados, agrotóxicos e sementes

geneticamente modificadas. Estes itens funcionam de maneira interdependente e formam o pacote da revolução verde (GLIESSMAN 2001).

Este pacote deixa o rural um local subalterno, especialmente para os que estão do outro lado da linha. O agricultor 9 apresenta a experiência do seu grupo com esse modelo.

Quando era acampamento aqui, no coletivo, plantamos milho e feijão com o uso de adubo, veneno e máquina. Não só pra comer, mas pra vender. Nessa época, qualquer mata a gente olhava e já pensava em tirar e plantar milho e feijão. Tinha semana que vinham dois ou três caminhões carregados de veneno, adubo e sementes para plantar. Mas plantando desse jeito, quase viramos sócios da pecuária e as contas começaram a chegar. No final, a gente empatou dinheiro, e olha que não somamos os dias de serviços das famílias. Não tenho vergonha de contar isso, por que aprendi a importância da contradição. Hoje, quase todo grupo faz Agroecologia. Só no meu lote têm mais de mil árvores plantadas, fora as capoeirinhas que estão crescendo (Agricultor 9).

Esse pacote agrícola coloniza o planeta, argumentam seus defensores, com o objetivo de acabar com a fome. Mas seus impactos também se espalham por todo globo. Este modelo de agricultura é, atualmente, a atividade humana com maior impacto ambiental no planeta. Ela é a principal responsável pelo consumo de água, gases do efeito estufa e desmatamento (FAO 2006). Este modelo também empurrou para as grandes cidades boa parte dos habitantes do rural. No Brasil este processo é emblemático. Em 60 anos (de 1950 até 2010) a população no rural diminuiu de 69% para 16% (IBGE, 2010). Esse fluxo migratório altera substancialmente as características do Brasil, como a criação de uma população de proletariados com hábitos alimentares diferentes dos habitantes do rural, que ao invés de produzir seu alimento, os adquire nas redes de supermercados.

Essa alteração no consumo contribui para a emergência de outro aspecto, os impérios alimentares. Os impérios se materializam em oligopólios de empresas transnacionais ligadas à produção, processamento e distribuição de alimentos.

Estas redes exercem controle econômico, político e forte influência sobre a regulação destas atividades, e atacam veementemente qualquer tipo de alternativa que confronte seus interesses, constituindo, desta maneira, uma rede invisível e com enorme poder de coerção (PLOEG, 2008). Esse processo contribuiu para a homogeneização da produção e do consumo, acarretando na perda de culturas alimentares locais e, portanto, dos produtos alimentares e saberes tradicionais à elas relacionados. Na medida em que os impérios alimentares se tornam globais, a homogeneidade no consumo de gêneros alimentícios se torna maior. Forma-se assim um movimento cíclico e expansionista de eliminação da sociobiodiversidade, ilustrado na passagem a seguir.

A gente tentou comercializar pão com uma rede de supermercados. Por ser orgânico o mercado se interessou e a gente foi conversar. Levamos umas amostras de pão de mandioca, abobora e batata doce roxa. Pensamos que as cores bonitas dos pães e o sabor diferente iria atrair, mas acabou atrapalhando. O dono do mercado disse assim: “tenho interesse no pão orgânico, mas misturado com outras coisas e com essa cor diferente não fica legal. Se vocês tiverem um pão branco parecido com esses que a gente vende aqui, podemos voltar a conversar”. Tentei explicar que o alimento era mais nutritivo, que era bonito, que a gente não produz trigo e troca quase a metade do trigo por produtos que a gente produz, mas não teve jeito... (Agricultora 8).

Esse movimento de homogeneização reflete diretamente no consumo, processamento e comercialização das frutas nativas. Segundo a FAO (2005), existem mais de 300.000 espécies de plantas descritas, destas 30.000 têm relatos de uso alimentar. Porém, atualmente apenas 12 plantas são responsáveis por 75% da alimentação vegetal do planeta. Sendo que “apenas três – arroz, milho e trigo – contribuem, com aproximadamente 60% das calorias proteínas obtidas das plantas por seres humanos” (FAO, 2005, p. 5). O relato de um consumidor da barraca de sucos de frutas nativas organizada num evento na cidade de Laranjeiras do Sul-PR apresenta elementos dessa discussão:

Trabalho como agrônomo do Governo do Paraná faz 10 anos, nunca tomei um suco desses. E olha que participo de bastante eventos no Estado. Normalmente quando tem suco natural é de laranja, morango, abacaxi. Essas frutas mais tradicionais. Agora de fruta nativa é novidade. Pena que vai ser difícil encontrar. Nunca vi e acho que não vou ver tão cedo um suco desses nos mercados de Curitiba (Consumidor 1).

Embora discussão sobre abastecimento e consumo não seja o foco desta pesquisa, chama atenção um profissional com histórico de atuação em processos de assistência técnica, não ter tido acesso ao

consumo de frutas nativas. Essa dificuldade indica limites na inserção destes produtos em grandes redes de supermercado que compõem os impérios alimentares.

Do exposto, é possível sintetizar que o pensamento colonial no rural desconsidera e busca eliminar outras formas de se relacionar com a natureza que não sejam as baseadas no receituário da revolução verde e se estruturam sob a égide dos impérios alimentares. Nesse cenário se inserem as frutas nativas, elas são excluídas e invisíveis ao pensamento colonial. O resultado desse processo é o comprometimento da relação milenar de coexistência entre mulheres e homens com a natureza, especialmente as frutas nativas.

No entanto, o caminho proposto pelo pensamento colonial não é a única via. No próximo item será apresentada, as possibilidades de alternativas dentro deste sistema mundo, o chamado pensamento pós-colonial

#### **4 INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO PÓS-COLONIAL NA VALORIZAÇÃO DAS FRUTAS NATIVAS**

Este item tem como foco explicitar a emergência de caminhos que vão além do pensamento colonial, sobretudo no que tange a valorização das frutas nativas. Essas alternativas serão agrupadas sob o termo pensamento pós-colonial. Parte-se da premissa que este pensamento tem sua origem nos sujeitos que estão do outro lado da linha (SANTOS, 2010).

Mas, afinal, o que há do outro lado da linha? Do outro lado da linha existe uma gama de sistemas mundos marcados pela heterogeneidade. Diversidade essa que não é possível ser descrita nesta pesquisa. Alguns casos exemplares são as centenas de etnias que resistem da Terra do Fogo ao Alasca, ou as mulheres, seringueiros, camponeses, quilombolas, assentados de reforma agrária e agricultores familiares que lutam com por justiça (sócio) ambiental (DUSSEL, 1993). Ou seja, o outro lado da linha é composto por uma vasta quantidade de histórias, relações, saberes, fazeres, modos de validar o conhecimento e formas de coexistir com a natureza diferentes e divergentes dos hegemonicamente estabelecido. Afinal, como lembram Toledo e Barreto (2015), para o Homo sapiens se manter vivo por 200 mil anos foi necessário diversificar: as plantas, as paisagens, os fazeres e saberes.

Dentro desta heterogeneidade, alguns aspectos unem tais sujeitos, como o fato de serem colonizados, de estarem juntos na sub-humanidade criada pelo pensamento colonial (SANTOS, 2010). Para manter a diversidade, gerar aproximações e intervenções no real, o pensamento pós-colonial busca colocar em xeque cada uma das monoculturas do pensamento colonial, e substituí-las por ecologias, que se baseiam no “reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia” (SANTOS, 2010, p.53).

Santos (2002) aponta a existência de cinco ecologias: i) ecologia das temporalidades; ii) ecologia dos reconhecimentos; iii) ecologia das trans-escalas; iv) ecologia de produtividade e; v) ecologia de saberes. Essa ecologia é resposta para a monocultura do saber e do saber do rigor, que é a forma mais intensa de produzir ausência, por isso será detalhada neste texto. A ecologia de saberes tem por objetivo articular diálogos entre os diferentes saberes dos sujeitos que compõem o outro lado da linha, de tal forma que ao mesmo tempo em que se respeita o processo cognitivo do outro, alarguem-se os saberes de todos, aumentando assim as possibilidades de intervenção no real.

A partir da necessidade de busca por equilíbrios dinâmicos por meio destas ecologias, reconhecimento da influência do pensamento colonial e valorização da diversidade, alguns sujeitos do outro lado da linha iniciam um movimento de união. Essa união se dá por meio da constituição de redes, primeiro em nível local e depois em escala global. Essas redes têm como objetivo resistirem ao pensamento colonial, de argumentar (e praticar) que outros mundos não só são necessários, como existem. A este processo dá-se o nome de globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2010).

Essa maneira de construir o conhecimento se assenta em duas sociologias: das ausências e das emergências. A sociologia das ausências tem como objetivo reverter o desperdício de experiências e conhecimentos da humanidade. Sua estratégia é libertar as experiências e seus atores das relações de dominação e inviabilidade, tomando-as presentes, isto é, ser visível.

A sociologia das emergências almeja diminuir o vazio causado pela definição de que o caminho eurocêntrico/ocidental é único. Questiona a premissa que o tempo é linear e que a história só tem uma única direção, do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. Essa sociologia busca a substituição do futuro pronto, o europeu, por um futuro incerto e plural, repleto de direções e possibilidades que emergem nas experiências práticas articuladas a partir dos sujeitos do outro lado da linha (SANTOS,2002).

Com base na apresentação destes conceitos, chaves do pensamento pós-colonial, no próximo item será realizado um exercício de relacionar tal paradigma com o universo rural, especialmente com as frutas nativas.

#### 4.1 O RURAL “DO OUTRO LADO DA LINHA”: ECOLOGIA DE SABERES, AGROECOLOGIA E CIRCUITOS DE PROXIMIDADE

Nesse item serão abordados três aspectos que o pensamento pós-colonial interfere no rural: i) construção do conhecimento via ecologia de saberes (SANTOS,2010); ii) emergência da agroecologia (GLIESSMAN, 2001) e; iii) possibilidade de relações comerciais solidárias, via circuitos de proximidade (PEREZ-CASSARINO, 2012).

O pensamento pós-colonial, ao alargar o que se considera como conhecimento válido, por meio das sociologias das ausências e das emergências, e da articulação dessa riqueza via ecologia dos saberes, substitui a lógica de epistemicídios pelo resgate e valorização do conhecimento (SANTOS, 2010). Como resultado, o processo histórico que cada comunidade construiu no decorrer do tempo com a natureza passa a ser analisado como caminho possível. A partir deste reconhecimento, somam-se as experiências de outros contextos proveniente das redes que formam a globalização contra-hegemônica.

Nesse caldeirão no qual se fundem e se amalgamam os saberes, a lógica que o conhecimento é desenvolvido nos espaços de pesquisa e transferido para os agricultores é questionada. Em seu lugar, emerge a busca pela criação de ambientes onde todos possam perguntar/responder e ensinar/aprender, pois se reconhece como válida a premissa que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 21). Nesse ambiente de ensino e aprendizagem, a quantidade de manejos possíveis, técnicas agrícolas e uso de plantas se alarga, ou seja, a memória biocultural da espécie humana se diversifica (TOLEDO e BARRERA- BASSOLS 2015).

No âmbito das frutas nativas, a ecologia de saberes desmitifica o modo pejorativo que parte da sociedade trata tais espécies, bem como valoriza o processo de domesticação delas. Para isso, um importante passo, quiçá o primeiro, é resgatar e promover olhares para as frutas nativas, como observa-se no trecho a seguir.

Depois que eu vi o processamento das frutas nativas, os produtos que dá pra fazer e a comercialização, comecei a prestar mais atenção nelas. Estava falando em casa esses dias da quantidade de coisa que a gente tem que nunca deu bola. Tem ano que o chão fica amarelo de Guabiroba e nunca imaginei que podia usar a fruta em tanta coisa, a renda que isso pode dar. Agora estou dando mais atenção e comecei a fazer poda, já fiz nas pitangas e araçás que estão meio pequenos. Também quero abri em volta daquelas que estão muito abafadas (Agricultor 12).

Quando o agricultor 12 relata ter tido acesso a outras experiências, tanto pelo contato com agricultores quanto de técnicos e pesquisadores, os saberes, fazeres e a motivação em trabalhar com frutas nativas aumenta. Observar e manejar essas espécies é parte fundamental para o resgate do processo de domesticação das frutas nativas (CLEMENT,2001).

Outro aspecto do pensamento pós-colonial que altera o rural é a emergência da agroecologia. Situamos ela como parte do pensamento pós-colonial em virtude dos seguintes aspectos: i) valorização do saber dos sujeitos do outro lado da linha, como os indígenas da América Latina (ALTIERI, 2009); ii) sua abordagem complexa, que busca analisar aspectos sociais, ambientais e econômicos da realidade, produzindo intervenções interdependentes e dinâmicas no real (SEVILLA-GUZMÁN, 2002); iii) valorização da diversidade de saberes e o diálogo entre eles (LEFF, 2002); iv) pretensão de construir e gerenciar agroecossistemas sustentáveis, fortalecendo os processos ecológicos essenciais, por meio de interações com o manejo humano (ALTIERI, 2009).

Neste contexto de aproximação entre agroecologia, pensamento pós-colonial e valorização das frutas nativas, Gliessman (2001), argumenta que a dimensão técnico-produtiva da agroecologia tem seu ápice na geração de sistemas complexos de produção, que imitam o funcionamento do ecossistema original. Como a fisionomia original dos ecossistemas analisados nesta pesquisa é florestal, o caminho para a sustentabilidade passa pela incorporação do elemento arbóreo nos espaços produtivos. Nesta incorporação, inserir indivíduos adaptados ao local, como as populações de frutas nativas, tende à promoção da sustentabilidade dos agroecossistemas. O relato do agricultor 13 problematiza tal relação.

Se a gente reparar bem, tudo isso aqui era mato. E não faz muito tempo isso não. No tempo do meu pai tudo isso era capoeirão. Em 40 anos vamos a gente tirou toda a floresta e entrou com os venenos. Hoje em dia, é difícil plantar alguma coisa sem dar algum problema. É formiga, grilo, doença nas plantas e por aí vai. Mas quando a gente olha pra floresta tem doença? Deve ter alguma coisa, mas a quantidade de coisa boa é maior. Por isso que esse trabalho com agroflorestas é importante. Pra gente voltar a ter equilíbrio na produção. E por que não colocar as frutas nativas também? Elas estão aí faz um tempão, já estão acostumadas no nosso local (Agricultor 13).

Outro aspecto que relaciona as frutas nativas com a agroecologia é o diálogo de saberes. Ele permite que seja construído, de forma participativa, quais são as características socioambientais que os agricultores desejam encontrar nas árvores de frutas nativas. Este ambiente de diálogo possibilita opiniões como da agricultora 14:

Não tenho dúvida que a coisa mais importante para escolher uma boa árvore de Guabioba é o sabor e o cheiro da fruta. O que vale ter uma fruta grande, mas sem gosto de nada? Tem que ter aquele cheiro que a gente sente de longe e ser gostosa. Senão vira igual aquelas comidas de mercado que não tem gosto de nada, só tamanho. Como os frangos e porcos que parece que tem ar dentro, ou os milhos que não tem nem cheiro de milho. Não sei para os outros, mas pra mim comida de verdade tem que ter cheiro e gosto de comida de verdade (Agricultora 14).

Quando se somam olhares, via diálogo de saberes (LEFF, 2002) a multidimensionalidade do rural (e das frutas nativas) fica mais evidente, como apontado na escolha de indicadores para boas árvores na fala observada. Portanto, criam-se ambientes de ensino-aprendizagem que tendem a intervir nos agroecossistemas, e nas frutas nativas, de forma mais complexa.

Intrincado com a agroecologia, o pensamento pós-colonial interfere no rural por meio do questionamento que os impérios alimentares são o único caminho para a relação com os consumidores. Para isso, se questiona o mito de que não há alternativas ao capitalismo, através da análise de caminhos de produção não capitalista, onde busca-se produzir para viver e não para acumular. Essa busca por relações econômicas mais igualitárias vem despertando discussões em diversos atores do rural. Um exemplo desse processo são os circuitos de proximidade. Estes circuitos orientam novas possibilidades entre os sujeitos que compõem os sistemas alimentares, afim de construir relações e espaços de trocas onde a proximidade física possibilita sociabilidades entre quem produz e consome, como a construção social do valor dos produtos, o padrão dos alimentos e seus usos (PEREZ-CASSARINO, 2012).

No âmbito da comercialização das frutas nativas, identificou-se que os circuitos de proximidade potencializam a comercialização destas espécies, especialmente em feiras agroecológica, conforme descreve a agricultora 16 durante a feira que seu grupo organiza na cidade de Laranjeiras do Sul –PR.

Esse ano a gente vendeu perto 500 reais entre Pitanga e Guabioba em bandejinhas na feira. Parece que não é muito mais ajuda. É um dinheiro bem dizer limpo, que a gente não gastou quase nada pra ganhar. E se caso não vender nada, a gente traz de volta e come, dá pros bichos. Perder não perde nada. Outra coisa é que é difícil a pessoa ir na feira e levar uma coisa só, a pessoa vê uma embalagem de Pitanga na barraca e para. Nisso já olha outras coisas e acaba levando também (Agricultora 16).

Os circuitos de proximidade também colaboram na comunicação dos benefícios socioambientais das frutas nativas. Por exemplo, nas feiras, os agricultores relatam as vantagens de consumir frutas nativas, além de possibilitar que algumas espécies sejam experimentadas pela primeira vez. Uma consumidora da barraca de suco de frutas nativas expressa esse processo.

Eu nunca tinha tomado suco de Guabiroba. Achei que ficou muito bom. A quantidade que tem dessas frutas por aí e a gente não valoriza. As vezes estamos comprando sucos, refrigerante no mercado e não nos damos conta do que a natureza fornece. Muito obrigado! Ganhei o dia hoje, depois vou trazer meu pai, ele vai adorar. Meus filhos que nunca comeram a fruta vão experimentar hoje pela primeira vez! (Consumidora 2).

Se os circuitos de proximidade possibilitam que os consumidores valorizem as frutas nativas, o movimento inverso também existe. Durante visita à feira organizada pelo grupo Terra Livre no município de Nova Laranjeiras - PR, acompanhou-se a experiência do grupo no comércio de Guabiroba.

Nessa feira, uma consumidora conversou com o grupo de como a fruta tinha gosto de infância. No diálogo, a consumidora perguntou quais outras frutas nativas os agricultores possuíam em suas unidades familiares. O resultado desse diálogo foi a encomenda de frutas de outras espécies, motivando os agricultores a trabalharem com uma diversidade maior de frutas nativas.

A aproximação e o diálogo entre agricultores e consumidores contribui para outro aspecto da articulação entre pensamento pós-colonial e o rural, o acesso solidário às frutas nativas. Em outros termos, que os consumidores consigam, além de ter a oportunidade de adquirir as frutas nativas, que o valor seja acessível a maioria da população. A fala do agricultor 9 exemplifica esse raciocínio.

Nossa luta não é pra produzir orgânico e vender pra quem tem dinheiro para pagar. Em primeiro lugar a gente luta pela reforma agrária. Para que todo mundo possa produzir seu próprio alimento, saudável e protegendo a natureza, e as frutas nativas tem tudo a ver com esse nosso sonho. Mas enquanto esse dia não chega, nosso coletivo decidiu que vamos vender os produtos com preço que aquelas pessoas que mais precisam possam pagar. Por isso que a gente começou a fazer feira toda semana bem no meio de um bairro pobre de Laranjeiras do Sul (Agricultor 9).

Ainda que a fala do agricultor 9 não deixe explícito que a solidariedade na comercialização diz respeito às frutas nativas, de forma implícita pode-se dizer que sim, pois o grupo citado comercializa tal produto em suas feiras, e o diálogo de onde se extraiu a fala tratava do tema das frutas nativas.

Do exposto, pode-se indicar que o pensamento pós-colonial, quando baseado em uma ecologia de saberes, contribui para a promoção da diversidade de saberes e fazeres que envolvem as relações de homens e mulheres entre si e com a natureza. Esse caldeirão de possibilidades fomenta a criação de modos de produção e comercialização sustentáveis, como a agroecologia e os circuitos de proximidade. Parte deste conjunto de alternativas se unem na globalização contra-hegemônica, visando resistir ao avanço do pensamento colonial e dizer que outros mundos são possíveis. Nesse contexto a sociobiodiversidade, sobretudo as frutas nativas, são valorizadas, tanto por quem produz, como por quem consome.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valorizar ou eliminar as frutas nativas é resultado de um conjunto de aspectos de diversas dimensões que vão além do objetivo desta pesquisa. Apesar disso, a partir do recorte proposto de analisar a relação destas espécies em dois paradigmas, o colonial e o pós-colonial, pode-se apontar algumas tendências. Ainda que tais tendências careçam de aprofundamento e novas pesquisas e ações, no quadro 2 observa-se a sistematização de noções-chaves e suas consequências em cada paradigma analisado.

Com a ressalva que as tendências apontadas não podem ser analisadas de maneira linear (causa e efeito), como a sistematização em formato de quadro pode sugerir, é possível observar três elementos que se retroalimentam promovidos pelo pensamento colonial. O primeiro são os epistemicídios de quem está do outro lado da linha, o que acarreta na eliminação das relações de coexistência entre humanos e a natureza, incluindo as que ocorrem com as frutas nativas. Um exemplo disso é o modo pejorativo que parte da nossa sociedade trata qualquer relação com as frutas nativas.

**Quadro 2** | Síntese das tendências e consequências que os paradigmas colonial e pós-colonial influenciam na valorização das frutas nativas.

VALORIZAÇÃO DAS FRUTAS NATIVAS			
PENSAMENTO COLONIAL		PENSAMENTO PÓS COLONIAL	
PROMOVE	TENDÊNCIA	PROMOVE	TENDÊNCIA
Epistemicídios	-Eliminação das relações entre seres humanos e as frutas nativas	Ecologia de Saberes	-Resgate e fortalecimento de relações sustentáveis com as frutas nativas
Revolução Verde	-Homogeneização dos sistemas produtivos -Eliminação dos agroecossistemas florestais	Agroecologia	-Construção de agroecossistemas complexos -Valorização de espécies florestais adaptadas a cada contexto
Impérios Alimentares	-Homogeneização dos hábitos alimentares -Dificuldades em encontrar frutas nativas.	Circuitos de Proximidade	-Troca de informações entre quem produz e consome sobre o consumo das frutas nativas -Facilita a logística

Fonte: Os Autores a partir das pesquisas de campo.

O segundo elemento é o avanço da revolução verde. Esse processo contribui para a homogeneização dos sistemas produtivos. Como agroecossistemas diversificados e com a presença do elemento arbóreo fogem da lógica da revolução verde, tais ambientes tendem a serem eliminados. Os argumentos contra as frutas nativas, como a noção que árvores atrapalham e que sua presença dificulta a agricultura, são símbolos desse processo. Os impérios alimentares, o terceiro aspecto, atuam na mudança dos hábitos alimentares, sobretudo dos sujeitos que migram do campo para o urbano. Da mesma forma, controlam as cadeias produtivas e determinam sua lógica de organização e funcionamento. Essa mudança gera a substituição de alimentos produzidos pelas famílias, como as frutas nativas, por uma dieta alimentar menos diversificada, adquirida nas redes de varejo transnacionais.

Em relação à influência do pensamento pós-colonial na valorização das frutas nativas, também são apresentados três aspectos principais. A ecologia de saberes é o primeiro, e provavelmente o principal, já que ela cria a base epistemológica para resgatar as ausências e entender as emergências da diversidade de relações históricas que mulheres e homens possuem com as frutas nativas, dilatando assim o arcabouço teórico e prático de manejo e uso destas espécies.

O resgate da observação das frutas nativas e a troca de saberes e fazeres sobre elas, são situações que retratam como a ecologia de saberes contribui para valorização destas espécies. A agroecologia, o segundo aspecto, é um elemento chave, pois ao buscar construir agroecossistemas complexos, que levam em conta a fitofisionomia e a memória biocultural de cada local, proporciona a manutenção e multiplicação das árvores de frutas nativas que existem nas unidades familiares. O terceiro aspecto, a comercialização via circuitos de proximidade, auxilia na construção de espaços para comercializar e divulgar as frutas nativas, como as feiras observadas neste trabalho e fortalece uma perspectiva do alimento enquanto direito humano, ou seja, que se torne acessível e cultural, ambiental e socialmente apropriado.

Para finalizar esta pesquisa, cabe indicar que o resgate e a promoção das frutas nativas só terão êxito se alterado o modelo de desenvolvimento proposto pelo pensamento colonial. Para isso, não basta procurar alternativas dentro do atual modelo e sim fomentar alternativas a ele, isto é, não basta reformar o desenvolvimento, é preciso construir outras formas de envolvimento dos seres humanos entre si e com a natureza.

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- CANOSA, J. L. **Proposta Metodológica para planejamento participativo de sistemas agroflorestais junto a agricultores(as) familiares**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2016.
- DEMO, P. **Pesquisa Participante: Saber pensar e intervir juntos**. Brasília/DF: Liber Livros, 2004.
- DUSSEL, E. 1492, **O encobrimento do outro (A origem do “mito da Modernidade”)**. Petropolis: Cortez, 1993.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **“The State of World Fisheries and Aquaculture”**, Rome, Italy 2006.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Interação do gênero, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar. Manual de Formação**. FAO, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários à Prática Educativa**. 29ª edição. São Paulo- SP: Ed. Paz e Terra, 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. 2001
- GUBERT, F.A.F. O Desflorestamento do Paraná em um Século. In: SONDA, C.; TRAUZYNSKI, S.C. **Reforma Agrária e Meio Ambiente: Teoria e Prática no Estado do Paraná (ORG)**. Curitiba: ITCG, 2010. p. 15-27.
- GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Rev. Agroecologia e Desenv. Rur. Sustent.** Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. p.18-28.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Available at: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Access on: 7 Dec 2017.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Rev. Agroecologia e Desenv. Rur. Sustent.** Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. p. 36-51.
- PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- PEREZ-CASSARINO, J; FERREIRA, A. D. D. Redesenhando os mercados: a proposta dos circuitos de proximidade. **Revista Espacio Regional**. Osorno, v. 1, n. 13, ene-jun/2016. p. 49-65.
- PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e a classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 32-84.
- REDE ECOVIDA. **Como a Rede Funciona**. Available at: <<http://ecovida.org.br/sobre/>>. Access on: 14 Aug 2019.
- SANTOS, B. S. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais Ciências Sociais**. Coimbra, Portugal, v. 63, p. 237-280, out., 2002.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, B. De S.. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.de S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In SANTOS, B. DE S. (Org.). **Semear Outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-133.

SANTOS, C. R. L. **Análise do processo de transição agroecológica das famílias agricultoras do Núcleo da Rede Ecológica de Agroecologia Luta Camponesa**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2016.

SILVA, R.O.: **Frutas Nativas, domesticação de plantas e Agroecologia: por uma outra relação com a sociobiodiversidade**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. Rio de Janeiro: Cortez, 2011.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.